

A Expansão da Educação Superior no Campo e o Fechamento de Escolas do Campo no Estado de Sergipe

*Jailda Evangelista do Nascimento Carvalho^I
Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus^{II}*

Resumo: O presente artigo faz uma discussão acerca das contradições existentes entre as políticas públicas de Educação Superior e o fechamento das escolas do campo. O estudo sobre a questão agrária brasileira aponta para o aprofundamento do modelo econômico que coloca os camponeses em confronto com o agronegócio e este último, por sua vez, se estrutura com a negação do trabalho do primeiro. Desta forma, as políticas implementadas de formação de professores que tem por objetivo suprir as demandas educacionais no campo, acabam por subsumir as próprias possibilidades de desenvolvimento de uma educação para os filhos da classe trabalhadora. As escolas fechadas e as que estão por fechar, representam o reflexo deste modelo perverso e contraditório. Encontrar saídas na organização dos trabalhadores parece ser a alternativa viável na conjuntura política e econômica em que vivem os camponeses no Brasil e em Sergipe atualmente.

Palavras-chave: Escolas do campo, Educação superior, políticas públicas.

THE EXPANSION OF RURAL HIGHER EDUCATION AND THE CLOSING OF RURAL SCHOOLS IN THE STATE OF SERGIPE

Abstract: This article discusses the contradictions between the public policies of higher education and the closing of schools in the countryside. The studies on the Brazilian agrarian question point to the deepening of the economic model that puts peasants against the agribusiness, and the latter is structured from the denial of the work of the first. Thus, the implemented policies of teacher education, whose purpose is to meet the educational demands in rural areas, subsume their own possibilities of an educational development for the children of the working class. The closed schools and those about to be closed reflect this perverse and contradictory model. Finding solutions in the working class organization may be a feasible alternative in the political and economic scenery in which the peasants in Brazil and in Sergipe live nowadays.

Keywords: Rural schools, Higher education, Public policies.

Artigo recebido em 25/03/2016 e aprovado em 05/04/2016.

Introdução

A sociedade em sua totalidade histórica, sempre esteve composta por classes sociais antagônicas, determinadas de acordo com o poder econômico e político. Nesse contexto, se encontra de um lado a classe dominante com o poder e a riqueza nas mãos, e do outro, a classe trabalhadora que luta contra a exploração e busca por meio de suas organizações a conquista dos direitos.

A luta de classe da qual estamos nos referindo, ocorre no território camponês, cujo modelo de desenvolvimento econômico vem provocando historicamente, profundas transformações nos modos de organização do trabalho, no ambiente e na cultura produzida pelos trabalhadores do campo, principalmente, a partir do avanço do agronegócio.

O agronegócio se desenvolve no contexto neoliberal, a partir da aliança entre o capital, o latifúndio e o Estado. Ele é constituído pelo conjunto dos vários empreendimentos capitalistas vinculados direto ou indiretamente aos processos produtivos agropecuários, subordinados às corporações transnacionais que afeta diretamente o modo de vida camponês.

O desenvolvimento e a consolidação do agronegócio no Brasil é fruto, sobretudo, de um amplo apoio institucional que garantiu as condições políticas e econômicas necessárias para a ampliação dos seus territórios. Com a difusão da falsa concepção de que o agronegócio é o motor da economia nacional^{III}, além disso, se defendeu que a base econômica do país deveria ser a exportação de *commodities*, os investidores do agronegócio intervêm diretamente nas políticas agrária, agrícola, industrial, ambiental, cambial e trabalhista do país^{IV}. Intervenção que transcendeu os governos FHC (1994-2002), Lula (2003-2010), continuando extremamente forte na agenda da política econômica do governo Dilma (2011-2015), contribuindo para a ossificação da posição do Brasil na divisão mundial capitalista como economia especializada no fornecimento de matérias-primas, alimentos e energia^V.

A expansão do agronegócio com a sua imanente modernização da produção agropecuária, tem transformado o interior do Brasil. Suas formas mais desenvolvidas de exploração, baseada no uso crescente de capital constante (maquinaria), aumentou consideravelmente a produtividade do trabalho, possibilitando, ao mesmo tempo, o crescimento da produção e a diminuição da quantidade de trabalhadores rurais^{VI}. Nesse sentido, o avanço do agronegócio tem significado para a maioria dos trabalhadores do campo - o aumento da intensificação do trabalho e do desemprego. Ressalta-se também que a modernização das técnicas produtivas não veio acompanhada de uma nova ética. Com o agronegócio não só subsistem, mas se intensificam as formas precarizadas de trabalho, os impactos ambientais, a concentração de terra e o acirramento dos conflitos agrários^{VII}. Os impactos do agronegócio à população ocupada no campo afeta os produtores da agricultura familiar de base camponesa e, em especial, os assentados da reforma agrária. Espremidos pela grande propriedade, assistem à inviabilização das suas formas de produção, ou lutam para a transformação desta dura realidade.

Esta realidade é presente em todas as regiões brasileiras. O Estado de Sergipe é um exemplo desse processo, fato que teve sua intensificação mais notadamente nas duas últimas décadas, através das alianças firmadas entre Estado e capital, onde o primeiro tem feito adoção de políticas que beneficiam os latifúndios, a exemplo da intensificação da monocultura cana de açúcar, milho, laranja, eucalipto; áreas de pastagem, mineradoras, barragens e hidrelétrica; em detrimento da agricultura familiar de base camponesa, matriz tecnológica essencial a garantia da segurança e soberania alimentar.

Nos últimos sessenta anos foi perceptível às inúmeras migrações que ocorreram entre o campo e a cidade, mas que apesar disto, grande parte da população ainda vive no campo 29, 4 milhões de pessoas e tem resistido às transformações econômicas excludentes a exemplo do agronegócio e a monocultura. Isso tem ocorrido por diversos motivos tais como: o desemprego estrutural que essa população vem enfrentando principalmente a partir dos anos oitenta, que acaba provocando a falta de estímulo à migração dos sujeitos do campo para a cidade, pois na cidade já não existem muitos atrativos para essa população o que acaba provocando a migração dentro do próprio campo, em busca de trabalho nos latifúndios, agronegócio, etc.

Nesse trabalho, faremos uma breve reflexão acerca da relação da expansão do agronegócio nas duas últimas décadas e como esse processo tem influenciado para a negatização da educação dos camponeses, particularmente na Educação Superior do Campo, uma vez que as políticas públicas, demandadas pelos movimentos sociais do campo^{VIII}, têm buscado formar professores através dos cursos de Pedagogia da Terra e das Licenciaturas em Educação do Campo para trabalhar nesses espaços, com a perspectiva de firmar o camponês em seu contexto de origem e contribuir para transformar a realidade excludente.

No entanto, na medida em que se avança na formação de professores, se ampliam a política de fechamento das escolas do campo por conta do esvaziamento do próprio campo provocado pelo agronegócio. Explicar a raiz do problema que leva ao fechamento das escolas em um país onde existe mais de 14 milhões de jovens e adultos não escolarizados, segundo a última pesquisa realizada pelo PNAD e divulgada pelo IBGE (2013), é fundamental, principalmente, porque durante o desenvolvimento do estudo exposto neste artigo, em 2015, a presidente Dilma Rousseff reconhece que o lema do Brasil é ser uma “Pátria Educadora” e, ao mesmo tempo, corta do orçamento da educação mais de 7 bilhões e amplia a privatização da educação em todo o país. A contradição será o elemento principal para as análises que se seguem.

Educação do Campo e Formação de Professores no Brasil

A educação no Brasil tem passado por inúmeros processos de transformação, desde os aspectos mais gerais tais como: processo de financiamento, sistema de ensino, políticas públicas, formação de professores, contudo, observa-se que apesar de todas essas transformações ainda não foram suficientes para sanar as dificuldades da educação brasileira, pois, o Censo do IBGE (2010)^{IX}, apontou que a população do Brasil era composta por um quantitativo de 190.755.779 habitantes, dentre estes, 45.364.276 habitantes se encontravam em idade escolar.

O censo mostrou também que desse quantitativo de habitantes com idade 10 a 14 anos, 1,9% eram analfabetos e os com idade de 15 anos ou mais, 8,6% ainda não estavam alfabetizados. Nesse contexto, observa-se que ainda existe um número elevado de pessoas não alfabetizadas no Brasil e, que é necessário mais investimentos na área.

Em relação às pessoas com idade de 10 a 14 anos, identifica-se também que são necessários mais investimentos na educação básica, uma vez que esse quantitativo da população se encontra em idade escolar, e que é preciso analisar qual o motivo que os impede de frequentar a escola e se alfabetizar de acordo com sua idade e série.

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAMPO E O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO ESTADO DE SERGIPE

JAILDA EVANGELISTA DO NASCIMENTO CARVALHO
SÔNIA MEIRE SANTOS AZEVEDO DE JESUS

Quanto ao perfil dos docentes que atuavam na Educação Básica no Brasil, em 2010, foi possível observar que dos docentes atuantes nas Creches 48,5% possuíam curso superior, na Pré-escola esse percentual era de 58%, nos anos iniciais do Ensino fundamental 62,4%, nos anos finais do Ensino fundamental 79,2% e no Ensino médio esse percentual chegava a 91,0%, dos docentes em exercício.

Observa-se que existe uma enorme defasagem em relação a formação dos professores que atuam nas escolas da rede pública de ensino no Brasil, uma vez que os percentuais supracitados são baixos em relação ao grande quantitativo de professores que existe atuando no sistema de ensino brasileiro, pois se esses percentuais representam os professores com curso superior na educação básica, os demais professores que atuam nesse mesmo sistema de ensino ainda não possuem nível superior, possuindo apenas o ensino fundamental ou o médio, muitas vezes ainda incompletos. Essa carência no processo de formação dos professores pode trazer consequências negativas para o desenvolvimento do sistema de ensino.

Mesmo com a necessidade de formação de professores, a privatização da educação superior continuou alta e foi se ampliando. Segundo estudos de (MANCIBO; VALE; MARTINS)^x.

(...) entre 1995 e 2010, ocorreu no Brasil um crescimento no número total de matrículas da ordem de 262,52%. Todavia, indiscutivelmente, o que mais se expandiu no período foram as matrículas nas instituições privadas, que tiveram um crescimento da ordem de 347,15%, enquanto na rede pública o aumento foi apenas de 134,58%.

Mostra que o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) do MEC, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, está longe de resolver o problema da formação em âmbito superior.

De acordo com o primeiro relatório do Reuni (2008), o Programa foi reconhecido como uma ação que retomou o crescimento do ensino superior.

[...] uma das ações integrantes do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em reconhecimento ao papel estratégico das universidades federais para o desenvolvimento econômico e social. A necessidade de expansão da Educação Superior em nosso país é premente, visto que, em média nacional, apenas 24,31% dos jovens brasileiros, com idade entre 18 e 24 anos, têm acesso ao ensino superior. Com o Reuni, o Governo Federal adotou uma série de medidas a fim de retomar o crescimento do ensino superior público. (PRIMEIRO RELATÓRIO-REUNI)^{x1}.

No entanto, em que pese ter havido uma expansão, ainda que desordenada, acabou por contribuir para implantar dois níveis de precarização: da formação profissional e do trabalho docente. O primeiro se configurou através do atendimento de um maior número de alunos por turmas, bem como da criação de cursos de curta duração, representando uma forma aligeirada de formação desvinculada da pesquisa. O segundo se agravou a partir da necessidade do cumprimento das metas de “expansão” trazidas pelo decreto, através do aumento de turmas, de cursos e da relação professor-aluno em sala de aula da graduação. Pautando-se na dinâmica de contratação do banco de “professores equivalentes”, as universidades preconizaram ainda mais as condições de trabalho docente.

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAMPO E O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO ESTADO DE SERGIPE

JAILDA EVANGELISTA DO NASCIMENTO CARVALHO
SÔNIA MEIRE SANTOS AZEVEDO DE JESUS

No âmbito da implantação do Reuni nas universidades públicas, como política pública de expansão não se observou nenhuma política que contemplasse as necessidades da educação do campo, (pelo menos explicitamente), ficando explícito em seu projeto apenas políticas voltadas ao contexto urbano. Mesmo assim, algumas universidades conseguiram criar cursos de Educação do Campo, pelo projeto de expansão, como foi o caso da UnB no Campus de Planaltina.

Com muita luta pode-se observar que, apesar do aprofundamento do processo de privatização da educação, do aumento do agronegócio no campo e da ausência de política pública que amplie as oportunidades educacionais para além de programas, há um reconhecimento público da importância e relevância social da educação do campo e dos estudos na área.

O Estado da arte na área comprova o quanto o campo tem sido objeto de análise de pesquisadores. Pode-se destacar os estudos de Jesus^{XII},

[...] identificou que no período de 1987 a 2007, dos 83 Programas de Pós-graduação em Educação existentes, 35 registraram pesquisas sobre educação e/no MST. A autora levantou também que 150 trabalhos, entre teses e dissertações, foram desenvolvidos sobre as seguintes temáticas: organização do trabalho pedagógico, formação de professores, práticas educativas, política de educação na reforma agrária apoiada pelo PRONERA, papel da escola e da educação na reforma agrária, consciência política e identidade, trabalho e educação, educação do campo como política pública.

Através do Estado da arte é possível verificar também a relevância da temática do campo perante os cursos de pós-graduação em Educação os quais vem desenvolvendo pesquisas nessa área.

Formação de professores para a Educação do Campo e o fechamento de escolas do campo: possíveis contradições

No Brasil, durante o período de dez anos, constatou-se que oito escolas rurais eram fechadas por dia. Durante muitos anos os movimentos sociais, a exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) com sua campanha "Fechar escolas é crime", vêm denunciando esse fenômeno que provoca grandes prejuízos para a população do campo, bem como para a agricultura familiar.

De acordo com os dados do INEP (2010), de 2003 a 2013, 32,5 mil unidades deixaram de funcionar, ou seja, a cada dia em média oito instituições do campo ficam sem funcionar.

Ainda segundo INEP (2010), no intervalo de sete anos, de 2002 a 2009, o número de matrículas no campo reduziu 15,6% traduzido em números mais de 1 milhão e 200 mil alunos estão sem escolas ou foram obrigados a se deslocarem de suas comunidades para frequentar as salas de aula na sede do município. Dados do Ibope (2010) apontaram que 10% dos estudantes nas áreas rurais levam mais de uma hora para chegar nas escolas para estudar.

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAMPO E O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO
NO ESTADO DE SERGIPE

JAILDA EVANGELISTA DO NASCIMENTO CARVALHO
SÔNIA MEIRE SANTOS AZEVEDO DE JESUS

Em se tratando de região no Nordeste, durante esses sete anos, 22,5% das escolas rurais foram fechadas, ou seja, essa região ficou com menos 14 mil instituições escolares. Esse índice foi o maior de todas as regiões do país.

É importante ressaltar que a maioria das escolas fechadas pertence a rede municipal de ensino que é o responsável pela creche, educação infantil e ensino fundamental (do 1º ao 9º ano). Esse fechamento se dá a partir do argumento que não existe mais alunos para frequentar a escola. Justificativa descabida uma vez que os próprios dados mostraram o enorme quantitativo de crianças que ficaram fora da escola ou que precisam se deslocarem de suas comunidades para ter acesso a ela.

Os dados mostraram a negação dos direitos e a ausência de políticas públicas para os sujeitos do campo. Visto que o fechamento de uma escola não reduz apenas a um espaço de sala de aulas, está se fechando também um espaço de construção da cidadania, da identidade cultural e da organização da comunidade, tirando do sujeito do campo, um dos poucos direitos que lhes são concebidos. Ressalta-se que, a escola nesse contexto deixa de ser um investimento e passa a ser vista como uma despesa para órgãos públicos e que essa situação mostra o descaso do Estado com a classe trabalhadora.

As crianças e jovens ao serem transferidos para cidade é reforçado mais uma vez no imaginário da criança, a ilusão de que somente o espaço urbano oferece melhores condições de realização da educação em detrimento do seu lugar de origem. Essa realidade provoca um movimento interno de negação da vida no meio rural e, conseqüentemente, reforça a ideologia do esvaziamento do campo. Desse modo, se abre a perspectiva de que o campo não é mais para a agricultura familiar, ele passa a dar lugar para os projetos dos grandes latifúndios financiados pelas grandes empresas.

Em relação ao Estado de Sergipe, o qual foi citado como exemplo nesse trabalho, é considerado o menor Estado da Região Nordeste em área de extensão, com 21.918, 493 (km²), dividido em 75 municípios, tendo como capital Aracaju. Esse Estado possui uma população de 2.068.017 habitantes (IBGE, 2010), o que representa um crescimento populacional de 1,49 % em relação ao censo demográfico de 2000, que essa população era de 1.784.475 habitantes (IBGE, 2000). Nos últimos 10 anos percebe-se que o Estado teve um crescimento percentual maior que a média nacional, (1,17%), bem como regional, o Nordeste obteve um crescimento de 1,07% em relação ao censo de 2000, Sergipe 1,49%, diferença de 0,32% em relação à média nacional e de 0,42% a regional.

A população rural também obteve um crescimento considerável, em números reais, passou de 512.255 para 547.651, crescimento de 6,9% em relação ao censo de 2000.

No tocante a população urbana esse crescimento foi ainda maior, passando de 1.272.573 para 1.520.366, aumento de 19,5 em termos percentuais.

Segundo Jesus^{XIII}

[...] o fenômeno de crescimento da população rural pode ser compreendido por diversos fatores, dentre eles, a quantidade de famílias que vivem em situação de assentados ou acampados em diversos municípios sergipanos, a criação de arranjos produtivos locais (APL's), como também, pelas condições de acesso ao crédito rural, programas socioassistenciais, dentre outros fatores que contribuem para diminuir o êxodo do campo para a cidade.

O fechamento das escolas em algumas regiões do Estado já ultrapassam o número de 50 escolas somente em um município. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST
Cadernos do Tempo Presente, n. 23, mar./abr. 2016, p. 57-66 | <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAMPO E O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO NO ESTADO DE SERGIPE

JAILDA EVANGELISTA DO NASCIMENTO CARVALHO
SÔNIA MEIRE SANTOS AZEVEDO DE JESUS

e Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA, tem tido um papel fundamental na resistência ao fechamento. Audiências tem sido realizadas tanto pelo Ministério Público Estadual, quanto Ministério Público Federal, mas poucos resultados positivos tem sido alcançados.

O processo de terceirização e mercantilização da educação em curso tende a aumentar as medidas de fechamento das escolas. Enquanto isto, os egressos dos cursos estão submetidos a contratos temporários, sem direitos garantidos. Da turma de Licenciatura em Educação do Campo/UFS/MEC que concluiu o curso na Universidade Federal de Sergipe em 2013, todos estão sujeitos às únicas oportunidades dos programas do próprio MEC, e à prestação de serviços nos municípios.

Essa realidade põe em risco tanto a inserção das crianças e jovens nas escolas das comunidades onde vivem os sujeitos, como também provoca um desestímulo à formação de professores, tendo em vista que não há política pública que absorva esses profissionais.

Nesse contexto, é possível perceber a luta dos trabalhadores camponeses no processo de reocupação de seus espaços, bem como para permanecer no campo, uma vez que o Estado oferta as condições através de programas socioassistencialistas, cuja função é temporária e que não garante a instabilidade e permanência desses trabalhadores no campo.

Considerações

Diante as discussões que foram postas no decorrer do trabalho, alguns pontos foram possíveis de serem observados à guisa de conclusão. Primeiramente o esforço e a luta constante dos movimentos sociais e sindicais na busca da efetivação de seus direitos perante o Estado, segundo o descaso e precarização que vem acontecendo no âmbito do sistema educacional, seja na educação básica ou superior. Pois, essa precarização pode ser observada através dos dados que analisamos.

No âmbito do agronegócio pode-se observar que este vem expandindo cada dia mais no Brasil, fato que tem provocado o esvaziamento do campo, uma vez que este se constitui como espaço para o cultivo da monocultura. O agronegócio é a política que impede a existência de escolas e de profissionais qualificados no campo. Em Sergipe essa realidade é cruel, não há nenhum espaço do território agrário que não esteja dominado pelo agronegócio.

Em relação as políticas para a educação superior, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFS, que teve apenas uma turma formada, até o momento não conseguiu inserir estes no processo educativo público e a realidade mostra que cada dia será mais difícil, tendo em vista o avanço do agronegócio que reforça o fechamento das escolas e a ausência de política pública que redefina o território da classe trabalhadora a partir das suas demandas de trabalho e de produção da vida. Para o modelo de desenvolvimento em curso, assumido nas políticas governamentais, não há mais sentido discutir a reforma agrária e sim, uma política de atendimento a alguns territórios definidos nos programas do INCRA e MDA, são conhecidos como territórios da cidadania.

Mais que realizar os cursos de licenciatura, a atualidade demanda hoje por lutas concretas na defesa do trabalho do/no campo, só assim, a educação poderá retomar o seu lugar e a sua função social de alimentar as condições da classe trabalhadora para realizar as transformações necessárias.

NOTAS

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAMPO E O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO
NO ESTADO DE SERGIPE

JAILDA EVANGELISTA DO NASCIMENTO CARVALHO
SÔNIA MEIRE SANTOS AZEVEDO DE JESUS

^I Mestre em Educação e doutoranda em Educação (PPGED/UFS); professora de Educação Básica do Estado de Sergipe; integrante do grupo de pesquisa Educação e Movimentos Sociais/UFS.

^{II} Doutora em Educação (UFRN), Professora do departamento de Educação (UFS); Coordenadora do grupo de pesquisa Educação e Movimentos Sociais/UFS.

^{III} Dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) apontam que em 2014 a produção agropecuária correspondeu a pouco menos que 25% do PIB total do Brasil. Disponível em: <http://www.valor.com.br/agro/3809734/pib-do-agronegocio-vai-crescer-38-em-2014-projeta-cna>. Acesso em: 07/02/2015.

^{IV} CAMPOS, 2009

^V GODEIRO, 2014

^{VI} GODEIRO, 2014

^{VII} CAMPOS, 2009

^{VIII} Desde os anos de 1990 que os trabalhadores lutam pela conquista da terra por meio da reforma agrária, assim como pelo acesso com qualidade dos direitos à educação, saúde, dentre outros. A partir desse movimento foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (1998) no âmbito do INCRA-MDA e, no ano de 2007 o Ministério da Educação criou o primeiro programa de Licenciatura em Educação do Campo para formar professores para os anos finais do ensino fundamental e de nível médio nas áreas de ciências da natureza e matemática, Linguística, e, ciências humanas e sociais. A formação de professores é uma política necessária devido a ausência de professores qualificados por meio da educação superior para atender às demandas de escolarização dos trabalhadores rurais em seus locais de residência e trabalho.

^{IX} INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAS ANÍSIO TEIXEIRA- INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**, 2010, 2012. Brasília, DF: INEP, 2010. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 16/02/2015.

^X MANCEBO, D. VALE, A. A, MARTINS, T. B. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil (1995-2010). In.: Revista Brasileira de Educação. Rev. Bras. Educ. vol.20 no.60 Rio de Janeiro jan./mar. 2015.

^{XI} BRASIL. **RELATÓRIO DO PRIMEIRO ANO DO REUNI**. Brasília, DF, 2008.
Cadernos do Tempo Presente, n. 23, mar./abr. 2016, p. 57-66 | <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAMPO E O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO
NO ESTADO DE SERGIPE

JAILDA EVANGELISTA DO NASCIMENTO CARVALHO
SÔNIA MEIRE SANTOS AZEVEDO DE JESUS

Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/index.php?option =com_docman&task=doc](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc). Acesso em 16/02/2014.

^{xii} JESUS, Sônia Meire Azevedo de Jesus. **Experiências de formação de professores para escolas do campo e a contribuição da Universidade**. In: Revista Educação e Diversidade. Acesso em 20/03/2015.

^{xiii} _____. **Experiências de formação de professores para escolas do campo e a contribuição da Universidade**. In: Revista Educação e Diversidade. Acesso em 20/03/2015

Referências

ANDRADE, M.R.; DI PIERRO, M. C.; MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. de. **A educação na Reforma Agrária em Perspectiva: uma avaliação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: PRONERA, 2004.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Brasília, 2002.

BRASIL. **RELATÓRIO DO PRIMEIRO ANO DO REUNI**. Brasília, DF, 2008.
Disponível em: [http:// portal.mec.gov.br/index.php?option =com_docman&task=doc](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc). Acesso em 16/02/2014.

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula. In: **Dimensões rurais de políticas brasileiras**. Roberto José Moreira e Regina Bruno (orgs.). Rio de Janeiro: Maud X; Seropédica, RJ: Edur, 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAS ANÍSIO TEIXEIRA- INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**, 2010, 2012. Brasília, DF: INEP, 2010. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em 16/02/2015.

JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de. Experiências de formação de professores para escolas do campo e a contribuição da universidade. In: AGUIAR, Marcia Ângela da S. (org.) [et. all]. **Educação e diversidade: estudos e pesquisas**. Recife: J. Luiz Vasconcelos, 2009.

MANCEBO, D. VALE, A. A, MARTINS, T. B. Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil (1995-2010). In.: Revista Brasileira de Educação. v.20 n. 60 Rio de Janeiro jan./mar. 2015

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

Cadernos do Tempo Presente, n. 23, mar./abr. 2016, p. 57-66 | <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CAMPO E O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO
NO ESTADO DE SERGIPE

JAILDA EVANGELISTA DO NASCIMENTO CARVALHO
SÔNIA MEIRE SANTOS AZEVEDO DE JESUS

MEDEIROS, L. S. de. **Movimentos Sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ e Unrisd, 2002.

PEREIRA, Potyara A. P. **Discussões conceituais sobre a política social como política pública e direito de cidadania**. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti;

PEREIRA, Potyara A. P, PEREIRA, Camila Potyara. (orgs.). **Marxismo e Política Social**. Brasília: Ícone Gráfica e Editora, 2010.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da Práxis**. Conselho Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO: São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2011.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. (Orgs.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Rafael Vieira. Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea. In: **Serviço social e Sociedade**, nº 104. São Paulo: Cortez Editora, 2010.